



ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro – PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 38 - Março de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Anildo Joaquim da Silva

Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio

Jucélia Maria do Nascimento

Jucira Moura Vieira da Silva

Juliana Godoi Marques

Leidimar Martins da Rocha Almeida

Leila da Silva Siqueira

Luciana Mendes do Rego

Marlene da Silva

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Vera Lucia Meneses de Lima Marques

Viviane de Cássia Araujo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 38 (mar. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 132 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.38

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Profª. Vilma Maria da Silva

06 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

07 Tempo

BEATRIZ GONÇALVES DA SILVA – 9ºC

08 A arte

FRANCESCO RODRIGUES MOREIRA - 9ºA

10 ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro-PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)



ARTIGOS

1. SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO NO AMBIENTE DA COMPUTAÇÃO NA NUVEM Anildo Joaquim da Silva	13
2. O PAPEL DOS SINDICATOS E OUTROS ACTORES NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA Isabel Delfina Casimiro /Luís Venâncio	27
3. EDUCAÇÃO INFANTIL: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA Jucélia Maria do Nascimento	39
4. O BRINCAR E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Jucira Moura Vieira da Silva	47
5. A PSICOPEDAGOGIA E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO Juliana Godoi Marques	55
6. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ATUALIDADE Leidimar Martins da Rocha Almeida	63
7. GÊNEROS TEXTUAIS E SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Leila da Silva Siqueira	71
8. PEDAGOGIA HOSPITALAR, UMA PRÁTICA, GARANTINDO O DIREITO A EDUCAÇÃO Luciana Mendes do Rego	81
9. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Marlene da Silva	89
10. CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COGNITIVO Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	97
11. TECNOLOGIAS PARA A APRENDIZAGEM Rita de Cássia Martins Serafim	107
12. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Meneses de Lima Marques	115
13. AS PRÁTICAS CORPORAIS POR MEIO DA DANÇA E DO TEATRO Viviane de Cássia Araujo	123

APRESENTAÇÃO

Os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e intelectual de seus alunos, mas também têm um papel importante a desempenhar na pesquisa e publicação de seus estudos. A pesquisa acadêmica é fundamental para avançar o conhecimento em uma determinada área e para aprimorar a qualidade do ensino em geral.

Quando os professores pesquisam e publicam seus estudos, eles contribuem para o avanço do conhecimento em sua área de atuação e ajudam a criar uma cultura de aprendizado contínuo. Ao conduzir pesquisas, os professores têm a oportunidade de aprofundar sua compreensão de tópicos específicos e descobrir novas informações que podem ser aplicadas em suas aulas.

Além disso, a publicação de estudos ajuda a disseminar essas descobertas e contribuições para uma audiência mais ampla, incluindo outros professores, pesquisadores e estudantes. Isso pode levar a novas colaborações e oportunidades de pesquisa, bem como a uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos educadores.

Por fim, a pesquisa e publicação de estudos também pode ser uma fonte de inspiração para os alunos, mostrando-lhes que seus professores estão engajados em aprender continuamente e que valorizam o conhecimento e a descoberta. Isso pode motivar os alunos a se tornarem mais envolvidos em suas próprias pesquisas e estudos, criando assim uma cultura de aprendizado e descoberta contínua.

Nós, da Revista Primeira Evolução, temos orgulho de proporcionar um espaço inclusivo e colaborativo para que os profissionais da educação publiquem seus estudos, pesquisas e experiências. Fazemos isso porque amamos a educação, conhecemos e vivemos a realidade das salas de aulas e nos dedicamos diariamente ao bem-estar e à emancipação do ser humano.

Junte-se a nós. #Junt@sSomosMaisFortes



Profª. Vilma Maria da Silva

Pedagoga, especialista em Educação Especial e Alfabetização.

Coordenadora Editorial da Edições Livro Alternativo

vilmamedrado@gmail.com

O PAPEL DOS SINDICATOS E OUTROS ACTORES NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA

ISABEL DELFINA CASIMIRO

LUÍS VENÂNCIO

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar uma análise sobre o papel dos Sindicatos e outros atores em relação às políticas públicas educacionais e se na verdade o governo a quando da elaboração das Políticas Educativas do país tem tido em conta a participação dos sindicatos como parceiros. Para tanto, buscou-se, por meio de um levantamento documental, identificar o papel que os Sindicatos e outros atores vem desempenhando em relação a essas políticas. Os resultados a que se chegou é que os Sindicatos têm exercido um papel fundamental nesse processo, mas que, esse não tem sido levado em consideração pelos órgãos governamentais aquando da elaboração das Políticas Públicas da Educação. Os sindicatos e outros atores apenas têm tido uma participação formal, isto é, são quase meios parceiros, uma vez que o essencial pelo qual estes têm, se debatido não se reflecte nas políticas que são aplicadas. Mas, contudo, os Sindicatos têm apresentado suas propostas por meio de publicações, Revista, Cadernos, das pautas de reivindicações das campanhas, além da participação efectiva dos professores sindicalizados em palestras, conferências e seminários. A metodologia de pesquisa consistiu em análise bibliográfica de livros, revistas, cadernos e outros documentos.

Palavras-chaves: Associações Sindicais. Avaliação das Políticas. Desenvolvimento. Políticas Educativas.

INTRODUÇÃO

Analisar o papel dos Sindicatos e outros atores na construção das políticas públicas educacionais é reconhecer a importância da participação cidadã bem como a relevância da participação dos profissionais de educação no contexto. Segundo o artigo nº 1 do Decreto Presidencial nº 222/20 de 28 de Agosto, o Ministério da Educação, abreviadamente designado por «MED», é o departamento ministerial que tem a missão de definir, propor, coordenar, executar e controlar as políticas educativas nos níveis de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário. Já ao nível do Ensino Superior é da competência do respectivo departamento ministerial, ou seja, é competência do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Porém no acto da concretização destas tarefas não se deve preterir os parceiros (sociedade civil, as comissões de pais e encarregados de Educação, os sindicatos, as empresas, as igrejas e outras entidades). Neste sentido inquieta saber se na elaboração das políticas

Educativas do país, o MED tem tido em conta a participação dos sindicatos e outros actores considerando a importância que estes podem desempenhar na definição e materialização das Políticas Educativas do País.

O objetivo deste estudo é de buscar identificar o papel dos sindicatos e outros actores na elaboração das políticas educacionais estabelecidas pelo governo angolano.

AS ORIGENS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As Políticas Educativas fazem parte das Políticas Públicas. Uma das definições mais clássicas de Políticas Públicas é dada por Dye citado em (Rocha, 2010, p. 26) embora foi considerada ambígua, permitiu explicar o que se pode entender, tradicionalmente por Políticas Públicas. Entretanto “são políticas desenvolvidas pelo governo e outras autoridades públicas, mas os autores não governamentais podem participar, influenciar e desenvolver”.

A política Educativa pode ser compreendida como sendo um conjunto de medidas planificadas e implementadas por um governo no campo da educação. E isto poderá incluir toda a legislação educativa em vigor num determinado país ou território. Essas políticas servem como um meio de construção de valores e conhecimentos que possibilitam o pleno desenvolvimento do educando, incluindo sua capacidade de se comunicar, compreender o mundo ao seu redor, defender suas ideias e exercer a sua cidadania.

A política educacional está relacionada com o contexto e a organização política de cada sociedade.

Segundo (Góes & Machado, 2013) na elaboração das Políticas Educativas deve existir uma articulação entre a escola, o governo e actores sociais, ou seja, os parceiros. Uma vez que a escola, a educação deve formar pessoas que amanhã consigam participar de forma activa das acções capazes de transformar positivamente a sociedade. Daí a importância de os sindicatos e demais actores da própria sociedade participarem de forma activa junto do governo na definição dessas políticas em detrimento de o governo fazê-lo de forma isolado o que tem criado inúmeras dificuldades na sua execução e colocado Angola sempre abaixo da qualidade de ensino de que se almeja alcançar.

A política Educativa de um determinado país sempre devia resultar de um grande processo participativo, isto é, a escola, a comissão de pais e encarregados de educação, os sindicatos de professores e outras entidades onde pudessem debater e opinar sobre como ela deve ser e que fim deverá atender respeitando os princípios constitucionais e a Lei de Bases do Sistema da Educação e Ensino.

Levin (2001), ao abordar sobre as origens das políticas educativas realça que:

O foco nessa fase da reforma incide sobre as fontes proponentes das reformas inicialmente enunciadas pelos: governo, vários actores, forças que dão origem aos ideais das reformas e filosofias sobre a educação, as quais permeiam as reformas propostas. Busca-se essencialmente compreender a razão de as adoptadas se efectivarem em detrimento das outras e, também, as relações de influência entre os vários actores, isto é, a razão de as ideias de alguns actores sobressaírem em detrimento das dos outros, dado

que “em situação alguma pode-se compreender as origens da reforma da educação sem prestar-se atenção aos actores individuais, as fontes de influência e os processos políticos, bem como as ideias subjacentes (p. 114).

As políticas podem refletir uma variedade de intenções e de ideias ou, então, resultados não intencionais ou imprevistos da acção prática de profissionais ou das rotinas de burocratas. Essas ideias, práticas e intenções, podem ser influenciadas ou moldadas por várias circunstâncias, que vão desde sugestões específicas e imediatas às crenças gerais, fundadas em verdades universais.

Para se compreender a origem de programas particulares e como os mesmos se transformam em agenda política, Kingdon (1993), citado por (Levin, 2001), vê as agendas políticas como resultado da interseção de três processos, nomeadamente:

Os eventos políticos; o reconhecimento dos problemas e as propostas políticas. É nessa perspectiva que uma determinada questão assume um lugar de destaque na agenda política somente quando as três correntes [acima referenciadas] se reúnem de modo que haja um reconhecimento político de algo como um problema, uma oportunidade política de se tomar uma acção, e como uma proposta aceitável em como a acção será conduzida. (Levin, 2001, p. 65).

Nesta vertente, o reconhecimento do problema, relaciona-se com a percepção que confere a uma determinada questão da política a condição de um problema e que, por isso, requer a atenção do governo. Para além da capacidade interna do governo em exercitar o reconhecimento de um problema, o mesmo governo pode estar sujeito às influências externas. Por se acreditar que a educação serve múltiplos propósitos sociais, vários agentes da sociedade buscam exercer a sua influência e, com isso, moldar a agenda de governo sobre a educação, o que motiva as agendas do governo a estar em sujeitas às agendas políticas de uma grande variedade de grupos organizados.

Essa influência externa é exercida por agentes, que se pode como designar agentes de origem local, em representação de grupos profissionais, de pais e encarregados de educação, económicos, igrejas, sindicatos e de outros interesses na área da educação. Podemos também incluir nesses grupos de origem local os partidos políticos e os movimentos transnacionais.

Para Wiseman e Baker (2005), o processo que expande a internacionalização dos processos de elaboração de políticas públicas em nações individuais, deve-se à crescente utilização de padrões internacionais para avaliar a qualidade da educação interna num determinado país, cujos resultados, se positivos, conferem aos governos o rótulo de boas práticas de governação. É ainda nessa perspectiva de padrões internacionais que se desenvolve o que Baker (2009) designa de conceito comum sobre os *inputs* da educação e a métrica dos resultados das aprendizagens que sustentam as comparações dos respectivos resultados. É esse ideal de governação que, associado aos ideais de desenvolvimento nacional conferidos pela educação, sustenta o pensamento da relevância das comparações

internacionais como factor vital para a concepção das políticas de educação em muitos países bem como a existência de antemão dos problemas identificados, às respectivas soluções e às estratégias de implementação.

A ADOÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Segundo Levin (2001), a adoção é o que acontece às reformas entre a sua proposta inicial e a sua actual passagem à lei ou à regulação, uma vez que as políticas, como são finalmente adoptadas ou convertidas em legislação, diferem das propostas originais.

Ainda de acordo com o autor, as políticas como ideias são necessariamente transformadas em um conjunto de procedimentos. E é exactamente no curso desse processo de transformação que surgem alterações às ideias inicialmente propostas. Nesse estágio, os servidores públicos tendem a usar as propostas políticas para atingir determinados fins.

Para o grupo dos políticos tal como afirma Paxe (2014), reservam a sua atenção para aqueles aspectos que elegem como vitais – por norma, muito poucos - deixando assim aos burocratas a responsabilidade de uma quantidade considerável de acções dentro do espaço proporcionado de iniciativas” (p. 181).

O processo de consulta é também uns dos procedimentos que pode influenciar a natureza das ideias inicialmente propostas para uma determinada política. Casos há em que os governos procuram reunir consensos sobre as suas agendas políticas e as políticas públicas daí derivadas antes do processo de implementação. Quanto a esse processo, Levin (2001) afirma que:

Apesar de a existência da consulta aparentar uma determinação do governo em aprender com os interessados e afetados pela política, em alguns casos, “os processos de consulta são concebidos mais para impressionar as pessoas com a abertura do governo do que como uma ocasião genuína para o debate e diálogo que pode realmente conduzir a mudanças na questão proposta (p. 122).

Neste caso, constata-se que por vezes o governo até reuni com parceiros como sindicatos e outros actores e, comumente por iniciativa destes, mas nem sempre as opiniões destes parceiros do governo são levadas em considerações na definição das políticas públicas para a educação.

A POLÍTICA EDUCACIONAL EM ANGOLA E SUA ORIGEM

Para a dimensão política da política educacional, enunciou-se a necessidade de efectivação da educação que se salvaguardasse como um direito de cidadania. Conscientes da improdutividade do sistema e pela nova ordem mundial política mundial decorrente do desmembramento da URSS, seu principal aliado político, e do fim da guerra fria, o governo de Angola aprovou a Lei n.º13/01, a Lei de Base do Sistema Educativo LBSE e o Decreto n.º 2/05, (Angola, 2005), que aprova o plano de implementação progressiva do novo sistema de Educação definido na LBSE. Essa lei, a face normativa da política da educação, é justificada, segundo a sua nota introdutória, pela vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo.

Concretamente, a política da educação resultante da reforma de 2001 enfatiza a tendência desenvolvimentista da educação ao atribuir créditos à educação como a base do desenvolvimento económico. Quanto ao princípio da democratização da educação, a reforma propôs-se, pelo menos na declaração, a não limitar esse princípio ao acesso, mas sim ao provimento de educação de qualidade e à garantia da permanência dos alunos no sistema. Os princípios da transição automática de classe e a salvaguarda no sistema da condição e dos direitos dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem ilustram esse alargamento. Essa democratização é também alargada à participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas (Artigo 6.º da LBSE (Angola, 2001a)).

Neste caso, pode-se afirmar que a educação escolar formal na República de Angola sempre constou nas agendas de projectos políticos, não somente nos programas de governo após a independência, como também nas agendas dos movimentos políticos para a independência do país tal como afirma Paxe (2014):

A educação surge como uma das reivindicações contra a política do governo colonial sob a égide de Portugal, que condicionava este direito à maior parte da população nativa. Após a conquista da independência, em 1975, o governo instituído propôs-se a garantir a educação como instrumento para a consolidação do seu projecto político. Nesse contexto, é idealizado o princípio da democratização da educação escolar formal, que basicamente compreende a declaração do acesso, sem qualquer forma de discriminação, de todos os angolanos à educação. É atribuída à educação a tarefa de “construir o homem novo” (p. 17).

Todavia, na linha de pensamento da abordagem da política educacional em Angola, incorporada pela LBSE, resulta de etapas específicas designadas por origens da política da educação de Angola. A demarcação desse processo é a etapa diagnóstica realizada em 1986 (Paxe, 2014). Nesta etapa, ao Ministério da Educação foi incumbida a missão de repensar a educação em Angola devido ao reconhecimento da ineficácia da educação na época de materializar o projecto ideológico pensado e também da realização da educação como acto pedagógico. Como resultado, esse diagnóstico chegou a conclusões que:

Para cumprir essas indicações é imprescindível produzir mudanças substanciais no Sistema Nacional de Educação, as quais não podem reduzir-se a uma simples alteração de conteúdo, nem a modificações parciais, mas sim transcenderem para transformações estruturais fundamentais e novas concepções no enfoque da educação, para o desenvolvimento da nova geração (Angola, 2013b) citado por (Paxe, 2014, p. 182).

Neste caso, ao Ministério da Educação, foi recomendado que a execução dessas mudanças na prática deviam estar, em primeiro lugar, asseguradas por uma correcta organização geral do sistema que pudesse garantir, tanto horizontal como verticalmente, a orientação e controlo de toda actividade educacional, e assegurada, em segundo lugar, pela criação de condições materiais que permitiriam levá-la a cabo com efectividade como é o caso

de edifícios escolares, mobiliário e todo aquele material de ensino que contribua para a formação integral do indivíduo e, sobretudo, que implique um reconhecimento social para com a pessoa do professor.

Entretanto e, de acordo com Paxe (2014), a implementação das recomendações e as etapas subsequentes pensadas foram prejudicadas principalmente pela crise económica da época.

Na dimensão cognitiva, por sua vez, a política educacional declarou a educação como elemento que concorre para a emancipação individual e também para o progresso social. Ela, a educação, tem o seu reconhecimento definido, em primeira instância, no artigo 21º da Constituição de 2010, intitulado “tarefas fundamentais do Estado” e no qual se declara na alínea f a promoção de “políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório, nos termos definidos pela lei”. A educação proposta para a garantia dessa emancipação individual e do progresso social, como já antes referenciado, circunscreveu os seus objectivos na “formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social” (Ponto 2 do artigo 1º da LBSE (Angola, 2001a)).

A reforma educativa foi e continua sendo acompanhada por medidas para a promoção da qualidade, concebidas particularmente para conceber programas de estudos e avaliações, nos vários níveis de educação, que se tornem relevantes para a nova situação e as necessidades da época.

A CONCEPÇÃO DE SINDICATO

O surgimento do *sindicato* é fruto do aparecimento do proletariado e seu nascimento representa a importância da organização e da resistência dos trabalhadores contra a burguesia. É com a Revolução Industrial, no século XVIII, que esse movimento trabalhista ganha corpo e forma, até porque antes de 1824, na Inglaterra, era proibida a associação de pessoas com fins de defesa de interesses comuns e que se voltassem contra os patrões.

Segundo Engels (2008), já se identificava o sindicato enquanto um movimento organizado que estava se desenvolvendo, na Inglaterra, mas também indicava os limites que essa ferramenta contém, enfatizando que as lutas específicas devem estar dentro das lutas mais gerais da sociedade.

Em um pequeno texto escrito por Marx, pode-se perceber a concepção de sindicato enquanto:

Centros de organização da classe trabalhadora. [...] Se os sindicatos já são indispensáveis para guerra de guerrilha travada entre capital e trabalho, são eles tanto mais importantes enquanto força organizada para a eliminação do próprio sistema de trabalho assalariado” (Marx, 1866, p.1).

O futuro do sindicalismo, para Marx, está muito vinculado ao seu papel no presente. Ou seja, sem abandonar a luta por melhores salários, condições de trabalho, devem também se transformar em centros aglutinadores da classe trabalhadora, cujo objectivo maior é a completa emancipação do ser humano. Neste sentido, é importante que o sindicato apoie o governo na elaboração de políticas viradas a educação.

Segundo Tiramonti (2001), o surgimento de sindicatos de professores está relacionado ao desenvolvimento dos sistemas educativos com os modelos de acumulação adoptados, as necessidades do Estado de ampliar sua base social e os regimes políticos vigentes. Assim, os países que se modernizaram cedo, que se desenvolveram com base em modelo que abrangia os diferentes sectores sociais e que, desde o princípio do século, apresentaram um crescimento significativo de seus sistemas educacionais, registram também cedo uma conformação de movimentos de professores.

O sindicato é a associação de prossecução e defesa dos interesses dos trabalhadores. Fundamentalmente perante o patronato, porém isto não quer dizer que os sindicalistas devem estar ausentes, ou seja, não devem ser consultados a darem o seu parecer na elaboração das políticas Educativas do País. Andes (2014), destaca dois grandes objectivos do sindicato de professores: (1) expressar as reivindicações e lutas dos docentes no plano educacional e; (2) defender a educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade.

No caso concreto de Angola a actividade sindical está consagrada na constituição no seu artigo nº 50º nos seus nº1 e 2 e na Lei n.º21-D/92 de 28 de Agosto no artigo 1º no seu nº1.

A participação dos sindicatos na elaboração das políticas educativas faz com que os trabalhadores estejam informados acerca dos objectivos das políticas educacionais e a se empenharem mais na sua concretização. Os sindicatos de docentes, se organizam tendo como princípios:

Defender os direitos e interesses da categoria profissional e de cada trabalhador em educação, inclusive aposentados; desenvolver a unidade de toda a categoria dos trabalhadores em educação, bem como desta com os demais trabalhadores; participar, ao lado destes, no combate às formas de exploração e opressão; incidindo essas defesas em uma nova política educacional congruente aos interesses da maioria trabalhadora (Tiramonti, 2001, p. 203).

Esses sindicatos se instituíram como representantes dessa categoria, garantindo sua independência e assegurando sua autonomia frente às entidades patronais e em relação ao Estado.

O conflito para os sindicatos representa um mecanismo que mede as relações de força, habilita a negociação e actualiza permanentemente o compromisso entre as partes envolvidas. Cada negociação permite ao sindicato renovar suas credenciais de mediador e negociador das demandas da base e propicia aos governos a construção de consensos sobre as políticas viradas à educação.

A confrontação reivindicatória por melhores salários, condições de trabalho, formação permanente do professor e a valorização da profissão docente foi, e ainda tem sido, a linha de continuidade na acção dos sindicatos de educação em Angola.

Tiramonti (2001), observa que, no processo de reconstituição de um sentido que estructure sua acção, os sindicatos apelam para diferentes Políticas educacionais e a re-

estruturação do trabalho docente em discursos para fundamentar suas propostas e práticas. Neste amplo espectro retórico, há interpelações classistas, impugnações gerais ao modelo de desenvolvimento, demanda pela recuperação da função docente do Estado, reclamos pela situação dos excluídos, exigência de um reconhecimento profissional e também a recuperação das propostas que reivindicam a lógica do mercado para organizar o sistema educativo. Entre ambos os extremos, encontram-se discursos híbridos que se constroem a partir de uma permanente transacção com as situações de facto que os sindicatos têm de enfrentar. É o caso de, tentar recuperar formas de mobilização que não estejam exclusivamente atreladas ao incentivo salarial, mas também à estima profissional e ao valor intelectual do trabalho.

A PARCERIA ENTRE O SINDICATO E O GOVERNO.

Sobre a pactuação de metas no âmbito da gestão, ao não considerar os instrumentos de diálogo e participação nas instâncias do sistema de ensino revela que o governo não apresenta propostas que indique o fortalecimento dos órgãos colegiados instituído na educação.

A não materialização do diálogo do governo com a sociedade anuncia as concepções ideológico-filosóficas de um modelo de gestão assumida politicamente na forma de governar o estado. O enfrentamento a esta cultura, que designamos para efeito de compreensão, como a cultura do silêncio, passa por um acompanhamento e avaliação com proposição de uma moção democrática e participativa. Os espaços sociais de participação ao serem deslocados do governo sem finalidades deliberativas colaboram com a falácia da participação deixando ao poder governamental formas de anular os efeitos da representação social.

O espaço de materialização do diálogo se transformou em espaço de escuta e de acompanhamento a uma política que não se permite nascer de uma forma compactuada, consensuada, participativa e avaliada no colectivo dos sujeitos por ela envolvidos. Essa identificação aponta intencionalidades: o escutar como forma de estratégia legitimadora e a de isolar o lado questionador. Ao exercer a escuta de forma a inativá-la, o sindicato responde com o poder da denúncia sem, contudo, apresentar poder de intervenção. A estratégia da denúncia retrata a ausência de argumentos. A estratégia que o sindicato assume adiante da imposição dos programas de governo sinaliza para a fragilidade da representação no âmbito de assuntos que merecem ser avaliados no tocante ao seu efectivo alcance social com impacto na melhoria da qualidade das pessoas.

Stoll (2007) sinaliza que, para o sindicalismo, não se pode pensar num sistema sindical e no direito de greve que não admita a negociação prévia e colectiva de trabalho como decorrência lógica do direito à liberdade sindical que deve ser exercida amplamente. De certa forma, a negociação sob esta perspectiva requer diálogo entre partes de interesses opostos, no entanto, o diálogo ao qual se fez menção refere-se à categoria ampla que vai além da negociação salarial. Os mecanismos de participação aqui referidos incorporam os assuntos de educação de uma maneira geral que requerem discussão, reflexão, conhecimento, consenso, entre outras dimensões já mencionadas, para a formulação da política pública de educação do país. A cidadania na modernidade convive em processo dinâmico e contraditório. Se por um lado a ampliação de direitos – não adquiridos ou suprimidos pelo estado

minimizado – se prolifera em larga escala através de movimentos participativos da sociedade civil, por outro as manifestações não se traduzem em políticas que materializem os anseios populares.

A racionalidade sistémica se sobrepõe às formas insipientes de participação do Sindicato na perspectiva de discutir a política educacional do estado e por este argumento a implantação do modelo gerencial vem fortalecer a racionalidade sistémica assumindo fortemente o sentido do poder decisório (Paxe, 2012). O exercício da escuta é uma estratégia segura de planificação e qualidade na acção sistémica como contraponto de inibição de estratégias de intervenção. A relação de poder que se estabelece em torno de objectivos estratégicos de grupos oponentes requer força nos movimentos mobilizatórios, argumentos e consenso. Esse movimento não é fácil, principalmente quando não existe a cultura da participação na sociedade aliada ao modelo administrativo vigente de estado que apresenta a participação sob forma de legitimação das acções.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Segundo afirmam André e Coelho (2020), as avaliações podem decorrer no nível micro, como avaliação interna ou auto-avaliação e no nível macro, como avaliação externa, implementada por um órgão, pelo estado ou por uma instituição, com objectivos avaliativos regionais, nacionais ou mesmo internacionais” (p. 137).

No caso concreto da avaliação da participação das associações sindicais na elaboração das Políticas Educativas em Angola, diz respeito a uma avaliação parcial (da sociedade), ou seja, é avaliação no sentido de se saber *se o governo aquando da elaboração das Políticas Educativas do país tem tido em conta a participação dos sindicatos como parceiros?*

Na óptica de (Azevedo, 2005, p.17) a “avaliação é instrumental” é um instrumento de suporte dos debates sobre a participação dos parceiros e das escolas na elaboração das políticas públicas educacionais. No entanto os processos de avaliação estão bem entranhados no campo da política, implicando valores e aspirações da sociedade (idem). Neste sentido e segundo Afonso(2014), avaliar é atribuir valor em sentido qualitativo ou mesmo quantitativo a alguma coisa ou mesmo a alguém. Contudo, avaliar é uma actividade inerente à condição humana. Ao avaliar a participação das associações sindicais na elaboração das Políticas Educativas em Angola, nos baseando na prática diária, nas reivindicações dos sindicatos e na aplicação de determinados Diplomas em que as entidades sindicais do sector da educação lhes foi pedido para darem o seu contributo, como por exemplo o Decreto Presidencial nº 160/18, de 3 Julho, bem como o Decreto Presidencial n.º 281/18 de 27 de Novembro que aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira dos Agentes de Educação. As suas contribuições não foram elas todas tidas em conta pelo governo e outras autoridades públicas.

Neste ponto de vista (Paxe, 2012) salienta que por via de um inquérito realizado pelo SINPROFreuniu – se um conjunto de informações úteis para a materialização dos objectivos da reforma educativa em Angola que não foram tidos nem achados de quem de direito. Bem como negociações que o MED tem feito em separado, em vez de congregar as associações sindicais. Indica que na elaboração das Políticas Públicas da Educação as entidades têm visto os sindicatos como simples participes formais das Políticas e não participes materiais. Isto é, apenas para cumprir com os preceitos legais. A par disso a cresce-se a interferência partidária,

ou seja, ainda há um grande peso do partido estado na elaboração das Políticas Públicas da Educação em vez dos interesses da nação. Nesta perspectiva (Paxe, 2012) identifica alguns obstáculos que têm impedido a contribuição plena e efectiva dos sindicatos na elaboração das políticas, são: a actuação do partido político no poder; a asfixia (voicestrategie); falta de abertura dos meios de comunicação social em relação as actividades sindicais e por último a existência de associações sindicais em defesa dos interesses partidários.

Desta feita, os Sindicatos e até mesmo outros actores por mais que tenham tido opiniões, ideais, pensamentos, reflexões que visam melhorar o Sistema de Educação e Ensino no País estes deparam-se com duas grandes barreiras: a primeira prende-se com a exclusão destes em encontros estratégicos e fundamentais de definições de políticas viradas à educação. Dificilmente são convocados os sindicatos e outros actores quando se desenham as políticas educativas em Angola, o que tem resultado em fracasso aquando das suas aplicações práticas; e uma outra barreira, faz menção de que, mesmo quando estes, os sindicatos e outros actores, são convocados, ouvidos e até registradas suas opiniões, reflexões e pensamentos, dificilmente são colocados em prática. Elas ficam apenas em blocos de anotações e jamais fazem parte das linhas mestres que definem os destinos do Sistema de Educação e Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à educação é o esteio das políticas de educação no contexto da mundialização da educação.

As políticas públicas em educação ganham mérito com a natureza da resposta que elas proporcionam aos desafios de consumir a educação como direito fundamental. Mas esses direitos, ao serem adoptados como fundamentos gerais da agenda mundial da educação, tendem a ser conformados a ideias globais fomentadas e sob a responsabilidade de organismos supranacionais que dificilmente as desdobram para atender aos desafios de natureza local e evitar a homogeneização na concepção de políticas locais. Para que as autoridades angolanas desenvolvam uma política que atenda, por um lado, aos aspectos gerais da agenda mundial da educação, e, por outro, aborde os desafios locais historicamente construídos na efectivação do direito, precisa desenvolver um ambiente democrático que permita a participação dos Sindicatos e de outros actores na definição da Política Educacional do País em detrimento de sujeitar a agenda educacional do país às alternâncias de agendas de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- TIRAMONTI, G. **Sindicalismo docente e reforma educativa na América Latina na década de 1990**. Santiago do Chile: PREAL, 2001.
- AFONSO, E. D. **Avaliação Externa, Auto-avaliação e Planos de Melhoria**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação, 2014.
- ANDRÉ, A. M., & COELHO, M. N. A avaliação institucional nas políticas educacionais angolanas e as experiências avaliativas. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), 34 (2), 135-156. doi: DOI/10.30681/21787476.2020.34.135156, 2020.
- AZEVEDO, J. M. **Avaliação das Escolas: Fundamental Modelos e Operacionalizar Processos**. 15-99. Bruini, E. d, 2005.
- ANGOLA, Assembleia Nacional. Lei de bases do sistema de educação. **Lei n.13/01**, de 31 de dezembro de 2001. Diário da República. n. 65, I Série, de 2001a.
- ANGOLA. **Decreto nº. 2/05**. Diário da República, I Série, n. 6, 14 de jul, 2005.

- GÓES, F. T., & MACHADO, L. R. **Políticas Educativas, Intersetorialidade e Desenvolvimento Local.** Educação & realidade, 627-648, 2013.
- PAXE, I. P. V. O SINPROF nas políticas públicas da educação. **Revista de ciências da educação e estudos multidisciplinares**, 12-24, 2012.
- ROCHA, J. A. **Gestão do Processo Político e Políticas Públicas.** Escolar Editora, 2010.
- STOLL, L. B. **Negociação coletiva no setor público.** São Paulo: Ltr, 2007.
- LEVIN, B. **Reformando a educação: Das Origens aos resultados.** New York: Routledge Falmer, 2001.
- ENGELS, F. **A situação da classe operária na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, K. **Associações Sindicais: seu passado, presente e futuro.** Resolução sobre os Sindicatos do Congresso de Geneva. Berlim: DietzVerlag, 1866.
- ANDES-SN. **A contrarreforma da educação superior.** Uma análise do ANDES das principais iniciativas do Governo Lula da Silva. Brasília, 2014.
- PAXE, I. P. V. **Políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.
- WISEMAN, A. W.; BAKER, D. P. **Perspectivas internacionais sobre educação e sociedade: Tendências globais em política educacional,** V. 6, New York: Elsevier, 2005.

Isabel Delfina Casimiro

Licenciada em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-LUANDA), na opção de Ensino de Francês. Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Administração Educacional pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-LUANDA). Docente de Francês do PUNIV- Central no período de 2003 a 2009. Docente de Francês do PUNIV-Sapu 2 no período de 2010 a 2018. Inspectora da Educação afeto ao Ministério da Educação desde 2019.

(+244) 946.326.366.

isabelwuakuka@gmail.com

Luís Venâncio

Licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-LUANDA), na opção de Pedagogia. Mestrando em Ciências da Educação na Especialidade de Administração Educacional pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-LUANDA). Docente. Fundador da AEPEX - Academia de Excelência Profissional e Exclusividade, exercendo o cargo de Coordenador Geral. Membro da Comissão Nacional de Jovens Voluntários de Angola. Palestrante em matérias de Gestão Escolar e Aperfeiçoamento Profissional. Acompanhante de Crianças com Dificuldades na Aprendizagem.

(+244) 936.486.420.

luisvenanciovenancio332@gmail.com

UÇÃO

Revista n. 37 Maio 2023
ISSN 2675-2573

Revista **a EVOLUÇÃO** n. 38 Maio 2023
ISSN 2675-2573



ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ
Porto Barreiro – PR
(em um acampamento de famílias Sem Terra)

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC BRASIL, OJS / PKP, Crossref, CiteFactor, Google Acadêmico

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Anildo Joaquim da Silva
Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio
Jucélia Maria do Nascimento
Jucira Moura Vieira da Silva
Juliana Godoi Marques
Leidimar Martins da Rocha Almeida
Leila da Silva Siqueira
Luciana Mendes do Rego
Marlene da Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Vera Lucia Meneses de Lima Marques
Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

